



O Boletim SPEF é a mais antiga publicação periódica de divulgação científica dirigida à comunidade de profissionais na área da Educação Física e Desporto partilhando conhecimento na área da educação, do treino e do exercício e saúde. A sua história guarda um importante contributo de muitos para a edificação de uma comunidade científica e profissional, recolhendo a colaboração de diferentes áreas de estudo, sensibilidades e âmbitos, constituindo-se desta forma com um espaço aberto e plural, refletindo diferentes identidades entre o exercício científico e profissional. Este legado afirma este periódico como património de toda uma comunidade – não apenas dos sócios da SPEF, mas de todos os que têm contribuído com a produção escrita, com a sua leitura, para que ao longo de 24 anos tenha conquistado um lugar sustentado na disseminação de conhecimento área da Educação Física e Desporto. O presente número, o trigésimo nono de um percurso que se iniciou em 1991, continua este desiderato, respeitando e enaltecendo todos aqueles que contribuíram para a sua criação, desenvolvimento e aperfeiçoamento, a quem aqui deixamos uma palavra de reconhecimento.

Cabe aqui uma palavra especial deste reconhecimento e de apreço pelo trabalho desenvolvido pelo Prof. Dr. Marcos Onofre, que ao longo de vinte anos na direção da SPEF, seis dos quais como presidente e diretor deste boletim, nos deixou um importante legado de disponibilidade, competência e perseverança, num exemplo de participação associativa e coerência profissional, que ficarão marcados nos anais desta instituição.

Este número é o primeiro do atual elenco diretivo da SPEF e, por consequência, o primeiro sob a égide de um novo diretor e de uma nova estrutura redatorial. É também um número que surge numa fase de transição do Boletim, no que se refere à sua estrutura, regularidade editorial e, talvez a decisão que se constitui como a mais significativa para o seu futuro, a passagem do seu formato em papel para o formato digital. É nossa intenção que estas alterações se concretizem a partir do número 40, pelo que este número representa o último no atual formato.

Mas o futuro e a qualidade do Boletim SPEF dependem da sua capacidade de estimular e cativar a produção escrita de trabalhos que mobilizem o estudo e compreensão dos fenómenos relacionados com a atividade física. Num momento em que as edições regulares em língua portuguesa na nossa área, de âmbito nacional e de alcance generalizado, são cada vez mais raras, o Boletim da SPEF não desiste de cumprir o seu papel de estímulo à produção escrita e à promoção de autores. Talvez nunca tenha sido tão elevada a produção nacional, em especial por aqueles que



estão envolvidos numa carreira académica – o número de investigadores e candidatos a investigadores, com trabalho realizado, tem aumentado significativamente, não existindo no entanto, uma correspondência entre este acréscimo e a disponibilização, à generalidade da comunidade profissional, de artigos de divulgação científica, de síntese ou de opinião técnico-científica, escritos em português.

A este facto não serão alheias as condições que orientam e valorizam das carreiras académicas, em que os princípios de publicação internacional se constituem como primados de sobrevivência (sublinhando a máxima *publish or perish*), e em que a validade da ação investigativa é medida por fatores de impacto que nem sempre permitem a necessária transposição de um trabalho investigativo para uma linguagem e sistematização próprias da divulgação científica. O conhecimento produzido não se pode concretizar, apenas, neste papel: a função da ciência é o estudo e compreensão de fenómenos de forma a permitir a utilização das suas conclusões na resposta a necessidades concretas. Importa produzir conhecimento que possa ser utilizado e possa servir de orientação para aqueles que promovem e desenvolvem o desporto e a atividade física, no âmbito da educação, do treino e da saúde. Será um erro o afastamento deste desígnio, tanto para a afirmação das universidades e escolas superiores, como para a afirmação e reconhecimento social do nosso corpo científico e profissional. Perante esta realidade, reafirmamos o apelo a investigadores, nomeadamente jovens investigadores, e às próprias instituições de ensino superior, para olharem este periódico como um espaço de construção de pontes entre a investigação e a prática, que promove a inovação dessas práticas e a qualificação da formação.

Acreditamos que a digitalização do Boletim tornando-o mais ágil e por isso mais abrangente no seu alcance, a sua indexação em algumas bases de dados internacionais de divulgação bibliográfica, uma regularidade fixa, se constituam como condições que permitam cumprir os objetivos de afirmação desta publicação.

Mas, em termos editoriais, existe ainda um outro espaço que importa explorar e dar corpo. Todos os profissionais se formaram com a leitura de artigos de síntese e de opinião que integram o testemunho de boas práticas profissionais. Acreditamos que existem relatos destas experiências que nos podem ajudar a refletir e a formar opinião, cuja validade de ser verificada, valorizada e publicada.

Ainda como sinal de valorização da produção editorial nacional, na qual acreditamos e promovemos, retomamos neste número uma prática anteriormente vigente, com a apresentação de resenhas sobre livros editados na nossa área de intervenção, que pela sua qualidade merecem o nosso destaque.

Em termos de ação, a atual direção assumiu como prioritário o desafio de melhorar a sua capacidade de mobilização da nossa comunidade em torno do movimento associativo, na defesa do corpo científico e profissional.

A capacidade de intervenção da SPEF estará sempre ligada àqueles que representa. Os nossos associados são os elementos mais significativos dessa representação – são eles que justificam a



nossa ação, sendo por isso importante que esta base se alargue e se consolide. Mas o impacto da nossa ação tem efeitos em todos os que na academia, nas escolas, nos clubes e nos ginásios, desenvolvem a prática profissional, pelo que é essencial que o trabalho por nós desenvolvido seja acompanhado e escrutinado pelo maior número possível de profissionais em todo o país. Os desafios com que hoje nos confrontamos nas áreas da educação do treino e do exercício e saúde exigem uma atuação permanente, persistente e oportuna.

Estes desafios não são apenas provocados por entidades externas à nossa área. A fragmentação vigente da nossa área profissional, em grande parte provocada por uma diversidade e multiplicidade de formações iniciais, impõe a necessidade de nos agruparmos e de juntos assumirmos os aspetos que nos fundamentam como comunidade.

Num momento particularmente sensível de afirmação da disciplina de Educação Física, em parceria com a direção do CNAPEF, com quem mantemos uma importante sintonia conceptual e estratégica, assumimos a defesa das condições de valorização da disciplina, que durante estes últimos anos foi vítima de um ataque à sua importância no quadro do sistema educativo, ataques esses concretizados na redução horária da carga horária no ensino secundário e no 3.º ciclo do ensino básico, e à perda do estatuto classificativo da disciplina no ensino secundário. Estas medidas, com um impacto objetivo na ação dos professores e no desempenho dos alunos, contraria todos os estudos, opiniões e recomendações, nacionais e internacionais, dos quais destacamos as posições da EUPEA (*European Physical Education Association*), onde mantemos uma participação ativa, da UNESCO com a edição do documento *Quality Physical Education – Guidelines for policy-makers* e muito em particular o recente documento produzido por um grupo de peritos da União Europeia “HEPA – *Health-enhancing Physical Activity*”, relativo às recomendações para promoção da Educação Física nas Escolas Europeias, com o reconhecimento da importância de elevar a carga horária de Educação Física para valores próximos das 5 horas semanais.

Em conjunto com este ponto, temos tentando de forma insistente e reiterada chamar à atenção para a importância de se efetivarem as medidas que garantam o cumprimento legal de que todos os alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico tenham acesso a aulas de Educação e Expressão Físico-Motora. As possibilidades de coadjuvação por parte de um professor especialista são uma realidade legal, que importa estrutura e concretizar.

É no quadro das diferentes tomadas de posição e iniciativas que publicamos neste boletim dois pareceres produzidos durante este ano, que nos parecem significativos por aglutinarem e refletirem muitos dos argumentos assumidos nos diferentes discursos que tentaram combater e contrariar estas medidas. O primeiro, “Reflexões sobre o papel da Educação Física no currículo nacional”, centra-se na defesa da legitimidade da disciplina de Educação Física e serviu de base à nossa intervenção na Assembleia da República a propósito de uma audição pública sobre currículos na escolaridade obrigatória; serviu também de base ao enquadramento das diferentes audiências e reuniões mantidas com diferentes estruturas do Ministério da Educação e com os

grupos parlamentares dos diversos partidos, que culminou na conferência realizada em julho passado, que reuniu representantes dos vários partidos com assento parlamentar e se constituiu um importante manifesto na defesa da Educação Física. O segundo representa o nosso posicionamento face a um projeto do Ministério da Saúde denominado Estratégia Nacional para a Promoção da Atividade Física, da Saúde e do Bem-estar.

No âmbito do treino, mantemos as nossas preocupações relativas à qualidade da formação dos treinadores, cujo modelo de formação contém uma partilha de responsabilidades entre as Federações e o Estado. Reconhecendo a validade do modelo adotado, alinhando as orientações europeias, mantemos uma posição de princípio clara sobre a importância da formação de nível superior para a obtenção de uma preparação pedagógica e científica que garanta a qualidade do exercício da função de treinadores, em especial nos processos de formação em idades mais baixas, certos de que este é um fator crucial para alteração dos reduzidos números de prática desportiva.

Também a formação e as condições de trabalho dos profissionais de exercício e saúde têm merecido a nossa atenção, nomeadamente os níveis de formação proporcionados pelas diferentes escolas de formação e superior e outras entidades de formação, e as condições de retribuição dos profissionais habilitados com o 1.º e 2.º ciclos de ensino superior.

Estes assuntos, entre outros, que constituem uma parte significativa da nossa ação, serão certamente alvo de discussão e de tomadas de posição no 10.º Congresso Nacional de Educação Física, que se realizará em julho de 2016, no Porto. Os congressos nacionais pela importância que têm como espaço de referência, de afirmação e de orientação estratégica, merecem a participação e presença do maior número de profissionais das diferentes áreas.

Neste número incluímos sete artigos distribuídos por duas secções – Escola, Educação e Sociedade e Exercício e Saúde.

No primeiro *dossier*, Inês Pereira e Eliana Carraça debruçam-se sobre uma questão central da afirmação da disciplina de Educação Física no nosso sistema educativo – a contabilização da classificação da disciplina de Educação Física para o acesso ao Ensino Superior. Com a saída do Decreto-Lei 139/2012, a disciplina viu reduzir o seu estatuto classificativo, com nefastas consequências em diferentes âmbitos do seu desenvolvimento. Este estudo tenta analisar um desses impactos, analisando a influência que esta alteração legislativa terá na satisfação das necessidades psicológicas básicas e na qualidade da motivação dos alunos do ensino secundário, demonstrando os efeitos concretos no que diz respeito à autonomia dos alunos e ao relacionamento com os colegas e professores.

Ainda no quadro das teorias da autodeterminação e das estratégias motivacionais, Miguel Costa e António Palmeira, analisam a relação entre a perceção de satisfação das necessidades psicológicas básicas e as estratégias motivacionais empregues pelos professores, demonstrando que o grau de satisfação das necessidades psicológicas básicas dos professores está intimamente relacionado com a utilização de estratégias motivacionais adequadas à promoção da autodeterminação nos alunos.

No âmbito da avaliação em Educação Física, uma área crítica e essencial da afirmação do currículo da disciplina, Filomena Araújo e José Alves Diniz apresentam dois artigos centrados na teoria da avaliação formativa. O primeiro desenvolve uma perspetiva concetual dos propósitos, efeitos e fatores que caracterizam a avaliação formativa, enquanto elemento fundamental para o ajustamento do ensino e regulação das aprendizagens. Um segundo artigo, reúne e analisa os trabalhos de investigação realizados nos últimos 25 anos no âmbito da avaliação formativa em Educação Física, a nível nacional e internacional, quanto ao objeto de investigação e seus resultados. Um e outro apoiam-nos na construção de argumentos técnicos, empíricos, que nos ajudem a sustentar posições em diferentes âmbitos da nossa intervenção profissional.

No *dossier* Exercício e Saúde, João Martins, Adilson Marques e Francisco Carreiro da Costa apresentam um estudo relativo aos fatores associados aos níveis de participação dos jovens em atividade física, nos tempos de lazer, de acordo com o género. Os resultados, para além de constatarem um reduzido nível de participação em atividades físicas no tempo de lazer, demonstram a importância de considerar alguns dos fatores, nomeadamente os de ordem psicológica, nas propostas de promoção de atividades físicas junto de rapazes e de raparigas.

João Paulo Saraiva, António Casimiro, Jorge Pina, Patrícia Rodrigues, avaliam a prevalência de excesso de peso e obesidade em crianças e adolescentes, comparando diferentes critérios de classificação do Índice de Massa Corporal (IMC). Alvo de contestação relativamente à sua validade, nomeadamente devido à variação resultante da sua análise em função dos critérios de referência, este indicador continua a ser um importante instrumento de verificação de prevalência de sobrepeso e obesidade na infância/adolescência, possibilitando a implementação atempada de estratégias que visem o seu controle. Este estudo apresenta-nos algumas das hipóteses de enviesamento das leituras do IMC, justificando-as e contextualizando-as no panorama nacional e internacional.

Finalmente um artigo de revisão sobre um tema cada vez mais na ordem do dia, em que o exercício físico nos é muitas vezes apresentado como elemento de grande importância para a saúde, mas cuja prática excessiva pode conduzir a processos de adição que importa conhecer e combater. Não sendo um assunto ainda devidamente compreendido e estudado, Adilson Marques, Miguel Peralta e Ricardo Catuda, refletem sobre o tema, partindo da literatura existente, para tentarem compreender os mecanismos que podem explicar essa dependência e apresentarem possíveis formas de tratamento enquanto desafio para a saúde pública.

Nuno Seruca Ferro